



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 06/06/2025 13:14:04.857 - CASP

REQ n.50/2025

Requer realização de Audiência Pública para debater as demandas pendentes dos (as) servidores (as) dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Prezado Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno, requiero a realização de Audiência Pública para as demandas pendentes dos (as) servidores (as) dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, especialmente aquelas relativas às reivindicações não contempladas no processo legislativo do Projeto de Lei nº 1.213/2024, posteriormente convertido na Lei nº 14.875/2024. Para compor a mesa de debates da audiência pública, sugere-se a participação de representantes das seguintes entidades:

- Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Amapá – SINDSEP-AP;
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Rondônia – SINDSEF-RO;
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Roraima – SINDSEP-RR;
- Representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI.

Justificativa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251971017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



* C D 2 5 1 9 7 1 0 1 7 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei nº 1.213/2024, convertido na Lei nº 14.875/2024, representou um avanço importante para diversas categorias de servidores públicos federais. No entanto, em relação aos (às) servidores (as) dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, muitas das emendas propostas não foram acolhidas durante a tramitação na Câmara dos Deputados, apesar do compromisso firmado no Senado Federal para instalação de Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Embora o Grupo de Trabalho tenha iniciado reuniões pontuais, ainda não houve respostas concretas quanto à totalidade das reivindicações protocoladas, permanecendo indefinidos pontos como o reposicionamento na carreira dos docentes pioneiros, a implementação do regime de dedicação exclusiva para docentes transpostos (regime CLT), e o adequado enquadramento de servidores (as) amparados (as) pela Lei nº 13.681/2018.

Destaca-se que, apesar da existência de acordo firmado entre parlamentares das referidas unidades federativas e o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o andamento das tratativas no Grupo de Trabalho instituído permanece sem respostas concretas acerca das demais demandas protocoladas.

A realização da audiência pública se justifica pela necessidade de garantir transparência, fiscalização e continuidade nas tratativas entre os (as) servidores (as) e o Governo Federal, conforme compromisso assumido por ocasião da tramitação legislativa da matéria no Senado Federal.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos (as) nobres Pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada **ERIKA KOKAY** - PT/DF

Apresentação: 06/06/2025 13:14:04.857 - CASP

REQ n.50/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251971017600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



CD251971017600